

**Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas em 31 de março de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
São Martinho S.A.
Pradópolis - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Martinho S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Martinho S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

A Companhia e sua controlada Usina Boa Vista S.A. (“UBV”) mensuram seus ativos biológicos, que correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento, com base no seu valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para esse produto agrícola. Conforme mencionado na nota 11, essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía saldo de R\$419.732 mil e R\$ 581.725 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante individual e consolidado, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços futuros de açúcar e álcool e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo no ativo circulante, como seus reflexos no resultado do exercício.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos ativos biológicos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a Administração utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 43.151 mil, R\$ 101.007 mil e um saldo devedor de R\$57.856 mil (líquido dos efeitos tributários) no ativo, passivo e patrimônio líquido, respectivamente em 31 de março de 2018. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros

derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, a revisão de contratos, envio de cartas de confirmação para as contrapartes dos respectivos contratos, revisão das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de hedge e exames dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados.

Analizamos também a adequação das divulgações da Companhia nas notas 22 e 23 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os critérios usadas e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

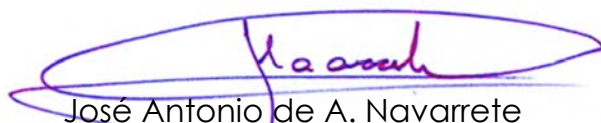
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 25 de junho de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado.....	6
1. Contexto operacional.....	8
2. Resumo das principais políticas contábeis	8
3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	14
4. Principais usos de estimativas e julgamentos	17
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	19
6. Contas a receber de clientes	19
7. Estoques e adiantamento a fornecedores.....	20
8. Tributos a recuperar	21
9. Partes relacionadas	22
10. Investimentos.....	24
11. Ativos biológicos.....	27
12. Imobilizado	29
13. Intangível	32
14. Empréstimos e financiamentos	33
15. Fornecedores	36
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar	36
17. Patrimônio líquido.....	38
18. Programa de participação nos lucros e resultados	42
19. Imposto de renda e contribuição social.....	42
20. Compromissos	45
21. Provisão para contingências.....	47
22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	49
23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	57
24. Informação por segmento (consolidado)	60
25. Receitas	62
26. Custos e despesas por natureza.....	64
27. Outras receitas (despesas), líquidas.....	64
28. Resultado Financeiro	65
29. Lucro por ação	66
30. Cobertura de seguros.....	66
31. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber	67
32. Evento subsequente	67

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	139.622	142.020	140.865	142.454
Aplicações financeiras	5	953.900	548.611	1.320.851	1.029.113
Contas a receber de clientes	6	66.813	135.972	177.893	168.868
Instrumentos financeiros derivativos	22	66.345	172.917	69.173	172.917
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	260.209	189.917	334.654	256.574
Ativos biológicos	11	419.732	437.656	581.725	586.362
Tributos a recuperar	8	23.802	84.653	36.093	102.310
Imposto de renda e contribuição social	19	5.795	10.081	9.687	11.159
Dividendos a receber	9	3.211	7.661	-	-
Outros ativos		16.654	9.620	16.917	12.293
TOTAL DO CIRCULANTE		1.956.083	1.739.108	2.687.858	2.482.050
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	24.591	532	50.669	24.667
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	88.430	74.978	111.135	88.766
Partes relacionadas	9	6.527	4.623	5.834	3.867
Instrumentos financeiros derivativos	22	3.617	27	3.617	27
Contas a receber de clientes	6	-	-	24.869	25.810
Valores a receber da Copersucar		9.355	9.355	9.355	9.355
Tributos a recuperar	8	111.677	94.961	122.200	106.518
Imposto de renda e contribuição social	19	117.442	124.285	117.442	124.285
Depósitos judiciais	21	24.150	24.707	28.673	32.423
Outros ativos		439	439	439	439
		386.228	333.907	474.233	416.157
Investimentos	10	2.704.518	2.772.664	32.552	31.184
Imobilizado	12	2.679.114	2.534.563	5.449.912	5.288.550
Intangível	13	399.008	394.877	470.157	473.942
		5.782.640	5.702.104	5.952.621	5.793.676
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.168.868	6.036.011	6.426.854	6.209.833
TOTAL DO ATIVO		8.124.951	7.775.119	9.114.712	8.691.883

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	574.569	1.175.682	686.630	1.499.583
Instrumentos financeiros derivativos	22	8.862	76.097	8.862	76.097
Fornecedores	15	111.893	103.122	154.146	138.923
Obrigações com a Copersucar	16	8.583	8.583	8.583	8.583
Salários e contribuições sociais		109.711	96.494	137.155	121.664
Tributos a recolher		9.289	11.500	16.877	20.478
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	4.167	4.471
Dividendos a pagar		148.341	74.243	148.341	74.243
Adiantamentos de clientes		14.526	2.702	16.406	4.174
Aquisição de participações societárias	9 e 31	11.746	11.958	11.746	11.958
Outros passivos		18.693	17.714	28.287	28.659
TOTAL DO CIRCULANTE		1.016.213	1.578.095	1.221.200	1.988.833
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	3.045.999	1.998.712	3.238.267	2.219.477
Instrumentos financeiros derivativos	22	930	5	930	5
Obrigações com a Copersucar	16	201.787	237.602	201.787	237.602
Tributos parcelados		2.656	14.614	2.656	14.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	444.443	413.020	1.007.923	663.143
Provisão para contingências	21	70.096	66.577	99.122	101.715
Aquisição de participações societárias	9 e 31	38.510	50.130	38.510	50.130
Outros passivos	10	14.542	13.044	14.542	13.044
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.818.963	2.793.704	4.603.737	3.299.730
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	1.549.302	1.494.334	1.549.302	1.494.334
Redutora de capital		-	(55.662)	-	(55.662)
Reserva de capital		9.418	10.057	9.418	10.057
Ações em tesouraria		(234.100)	(92.134)	(234.100)	(92.134)
Opções de ações outorgadas		11.578	8.284	11.578	8.284
Ajustes de avaliação patrimonial		1.120.319	1.432.243	1.120.319	1.432.243
Reservas de lucros		833.258	606.198	833.258	606.198
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.289.775	3.403.320	3.289.775	3.403.320
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		8.124.951	7.775.119	9.114.712	8.691.883

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas	25	2.497.718	2.453.136	3.435.700	2.609.519
Custo dos produtos vendidos	26	(1.858.049)	(1.932.594)	(2.336.341)	(1.926.210)
Lucro bruto		639.669	520.542	1.099.359	683.309
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(105.275)	(98.868)	(119.778)	(101.941)
Despesas gerais e administrativas	26	(141.196)	(146.494)	(180.070)	(147.813)
Resultado de equivalência patrimonial	10	334.474	175.951	(2.994)	87.365
Outras receitas (despesas), líquidas	27	2.441	143.936	3.164	147.963
		90.444	74.525	(299.678)	(14.426)
Lucro operacional		730.113	595.067	799.681	668.883
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		88.987	96.412	122.702	114.055
Despesas financeiras		(290.971)	(307.935)	(333.519)	(317.180)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		34.181	3.306	31.858	2.901
Derivativos		(1.003)	(55.014)	1.824	(55.014)
		(168.806)	(263.231)	(177.135)	(255.238)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		561.307	331.836	622.546	413.645
Imposto de renda e contribuição social	19(b)				
Do exercício		(41.292)	(6.871)	(71.218)	(14.148)
Diferidos		(28.309)	(41.098)	(59.622)	(115.630)
Lucro líquido do exercício		491.706	283.867	491.706	283.867
Lucro básico por ação (em reais)	29	1,4748	0,8415	1,4748	0,8415
Lucro diluído por ação (em reais)	29	1,4709	0,8397	1,4709	0,8397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017
Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2018	2017
Lucro líquido do exercício	491.706	283.867
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	157.622	(24.845)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	11.275	168.385
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(76.111)	196.726
Contratos de <i>Swap</i>	-	11
	<u>92.786</u>	<u>340.277</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(184.534)	183.076
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(96.546)	(113.632)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	178.078	112.158
	<u>(103.002)</u>	<u>181.602</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	3.356	2.410
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.671	(1.262)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(3.167)	-
Contratos de <i>Swap</i>	-	104
	<u>1.860</u>	<u>1.252</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(23.556)	160.641
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(83.600)	53.491
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	98.800	308.884
Contratos de <i>Swap</i>	-	115
Tributos diferidos sobre os itens acima	2.840	(177.863)
	<u>(5.516)</u>	<u>345.268</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>486.190</u>	<u>629.135</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais

		Ajustes de avaliação patrimonial								Reserva de lucros							
		Nota	Capital Social	Redutora de capital	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Deemed cost		Hedge accounting	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
								Própria	De investidas								
Saldo em 31 de março de 2016			931.340	-	10.531	(26.613)	4.753	209.919	1.483.387	(397.608)	55.947	291.371	85.338	-	-	(1.768)	2.646.597
Aumento de capital com reservas	17 (a)		133.632	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.632)	-	-	-	-	-
Aumento patrimonial por contraprestação transferida			429.362	(55.662)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.106	-	-	459.806
Constituição de tributo diferido			-	-	-	-	(1.521)	(191.771)	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.292)
Realização de mais-valia de deemed cost	17 (d)		-	-	-	-	(14.541)	(890)	-	-	-	-	-	-	-	15.431	-
Redução de capital com bens na Vale do Mogi	10.3		-	-	-	-	4.474	(4.474)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.823)	-	-	-	-	(6.823)
Dividendos adicionais do exercício anterior			-	-	-	-	-	-	-	-	(2.220)	-	-	-	-	-	(2.220)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17 (e)		-	-	-	-	-	-	-	-	(44.885)	-	87.695	-	-	(42.810)	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17 (d)		-	-	-	-	-	-	345.268	-	-	-	-	-	-	-	345.268
Aquisição de ações de emissão própria	17 (c)		-	-	-	(68.232)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.232)
Opções de ações outorgadas	17 (f)		-	-	-	-	4.079	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.079
Opções de ações exercidas	17 (f)		-	-	(474)	2.711	(548)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.689
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	283.867	283.867
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas			-	-	-	-	-	-	-	14.193	147.350	-	-	-	-	(161.543)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.419)	(67.419)
Dividendos adicionais			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.758	(25.758)	-
Saldo em 31 de março de 2017	17		1.494.334	(55.662)	10.057	(92.134)	8.284	198.331	1.286.252	(52.340)	70.140	257.984	78.515	173.801	25.758	-	3.403.320
Aumento de capital com reservas	17 (a)		54.968	55.662	-	-	-	-	-	-	-	(110.630)	-	-	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	17 (b)		-	-	-	-	(12.640)	(7.443)	-	-	-	-	-	-	-	20.083	-
Constituição de tributo diferido-reflexa	19 (b)		-	-	-	-	-	(286.325)	-	-	-	-	-	-	-	-	(286.325)
Realização de reserva de lucros mediante pagamento de dividendos	17 (e)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.561)	-	-	-	-	(31.561)
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.758)	-	(25.758)
Constituição de reserva de incentivos fiscais - reflexa			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.678	-	-	(74.678)	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17 (f)		-	-	-	-	-	-	(5.516)	-	-	-	-	-	-	-	(5.516)
Aquisição de ações de emissão própria	17 (c)		-	-	-	(145.756)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.756)
Opções de ações outorgadas	17 (d)		-	-	-	-	4.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083
Opções de ações exercidas	17 (f)		-	-	(639)	3.790	(789)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362
Lucro líquido do exercício	17 (e)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491.706	491.706
Destinação do lucro:																	
Constituição de reservas			-	-	-	-	-	-	-	24.585	264.087	-	-	-	-	(288.672)	-
Dividendos mínimos obrigatórios			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.780)	(116.780)
Dividendos adicionais			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.659	(31.659)	-
Saldo em 31 de março de 2018	17		1.549.302	-	9.418	(234.100)	11.578	185.691	992.484	(57.856)	94.725	411.441	46.954	248.479	31.659	-	3.289.775

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		491.706	283.867	491.706	283.867
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	255.691	221.430	356.202	230.736
Ativos biológicos colhidos	26	395.522	387.632	539.380	401.134
Variação no valor justo de ativos biológicos	26	69.361	41.801	63.064	25.456
Amortização de intangível		-	1.002	-	1.002
Amortização de contratos de energia		-	-	8.210	7.309
Resultado de equivalência patrimonial	10	(334.474)	(175.951)	2.994	(87.365)
Resultado apurado em compra vantajosa/Remensuração de participação	10.2	-	(142.582)	-	(142.582)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	12	1.054	2.410	1.276	2.825
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		176.550	182.268	188.823	176.716
Instrumentos financeiros derivativos		(101.999)	230.637	(104.827)	230.637
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	13.042	5.643	10.964	(2.871)
Imposto de renda e contribuição social	19 (b)	69.601	47.969	130.840	129.778
Ajuste a valor presente e outros		5.941	6.368	2.536	6.289
		1.041.995	1.092.494	1.691.168	1.262.931
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		67.435	(73.359)	(9.547)	(4.957)
Estoques		(48.418)	25.546	(60.371)	62.229
Tributos a recuperar		65.460	(22.034)	69.888	(32.615)
Instrumentos financeiros derivativos		203.359	(61.845)	203.359	(61.845)
Outros ativos		1.244	(16.405)	2.708	(16.938)
Fornecedores		6.023	(19.075)	13.252	(27.755)
Salários e contribuições sociais		13.217	(1.116)	15.491	147
Tributos a recolher		(42.123)	(8.246)	(48.260)	(6.953)
Obrigações Copersucar		(43.666)	(23.088)	(43.666)	(23.088)
Impostos parcelados		(12.390)	(1.169)	(12.358)	(1.169)
Provisão para contingências - liquidações	21.1	(18.039)	(8.330)	(25.452)	(9.010)
Outros passivos		12.783	28.118	11.835	22.380
Caixa proveniente das operações		1.246.880	911.491	1.808.047	1.163.357
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(231.428)	(206.025)	(277.361)	(208.335)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(25.535)	(5.700)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.015.452	705.466	1.505.151	949.322
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	31	(16.751)	(26.869)	(17.451)	(27.646)
Adições ao imobilizado e intangível		(350.886)	(334.178)	(459.670)	(357.067)
Adições ao ativo (plantio e trato)	11 e 12	(534.233)	(499.911)	(706.133)	(516.704)
Aplicações financeiras		(373.110)	142.389	(232.999)	82.068
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	12	2.732	3.235	6.553	4.269
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada		-	1.362	-	1.362
Ganho no caixa e equivalentes de caixa por mudança de participação societária em investida		-	-	-	53
Adiantamento para futuro aumento de capital		(5.527)	(3.622)	(4.834)	(2.867)
Recebimento de dividendos		121.667	135.271	4	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.156.108)	(582.323)	(1.414.530)	(816.532)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros	14	1.622.533	768.823	1.746.615	768.924
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(1.240.882)	(894.362)	(1.595.432)	(903.992)
Compra de ações em tesouraria	17 (b)	(145.756)	(68.232)	(145.756)	(68.232)
Alienação de ações em tesouraria	17 (f)	2.362	1.689	2.362	1.689
Pagamento de dividendos		(99.999)	(55.384)	(99.999)	(55.384)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		138.258	(247.466)	(92.210)	(256.995)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(2.398)	(124.323)	(1.589)	(124.205)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	142.020	266.343	142.454	266.659
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	139.622	142.020	140.865	142.454
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras	5	953.900	548.611	1.320.851	1.029.113
Total de recursos disponíveis	5	1.093.522	690.631	1.461.716	1.171.567

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	2.651.839	2.546.183	3.721.324	2.720.939
Receita referente a construção de ativos próprios	747.169	551.318	977.347	584.974
Outras receitas	2.525	2.980	2.215	4.415
	3.401.533	3.100.481	4.700.886	3.310.328
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(931.163)	(1.022.524)	(1.086.064)	(995.697)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(730.897)	(570.614)	(969.570)	(605.951)
	(1.662.060)	(1.593.138)	(2.055.634)	(1.601.648)
Valor adicionado bruto	1.739.473	1.507.343	2.645.252	1.708.680
Depreciação e amortização	(255.691)	(221.430)	(356.202)	(230.736)
Ativos biológicos colhidos	(395.522)	(387.632)	(539.380)	(401.134)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.088.260	898.281	1.749.670	1.076.810
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	334.474	175.951	(2.994)	87.365
Receitas financeiras	383.091	712.425	425.167	730.254
Outras	(12.489)	141.786	(11.237)	145.090
Valor adicionado total a distribuir	1.793.336	1.928.443	2.160.606	2.039.519
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	442.739	389.774	551.562	389.170
Benefícios	139.801	121.950	171.532	127.214
FGTS	42.077	35.340	52.166	36.431
Honorários dos administradores	19.059	23.622	20.801	24.857
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	119.234	102.257	271.796	195.853
Estaduais	1.397	1.990	13.271	2.723
Municipais	607	695	852	731
Financiadores				
Juros	266.087	281.942	306.622	290.890
Aluguéis	2.573	2.505	2.928	2.533
Variações cambiais	145.467	488.118	151.468	488.523
Outras	122.589	196.383	125.902	196.727
Dividendos	116.780	67.419	116.780	67.419
Lucros retidos do exercício	374.926	216.448	374.926	216.448
Valor adicionado distribuído	1.793.336	1.928.443	2.160.606	2.039.519

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. ("LJM"), com participação de 52,26% no capital votante. A LJM, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

Conforme detalhado na nota 10.2, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("Nova Fronteira").

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 25 de junho de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting*

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC")*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Referidas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

Conforme divulgado na nota 10.2, em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu participação adicional na NF e a incorporou. A partir daquela data a Companhia passou a reconhecer 100% dos resultados da UBV como resultado de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e incluiu aquela controlada as suas demonstrações financeiras consolidadas.

Referida movimentação afetou significativamente a comparabilidade entre os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício corrente com o mesmo período do exercício anterior.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2018 e 2017 incluem as seguintes empresas controladas:

Empresa	Participação no capital social (direta e indireta)		Atividades principais
	2018	2017	
Usina Boa Vista S/A ("UBV")	100%	100%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias")	100%	100%	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
Cia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio")	100%	100%	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	100%	100%	Participação em sociedades.
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	100%	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
SPE - Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda ("SPE Paineiras") – controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Park Empresarial Itacemápolis Ltda ("SPE Park") – controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Limeira Ltda ("SPE Limeira") – controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Pradópolis Ltda ("SPE Pradópolis") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Residencial Pradópolis II Ltda ("SPE Pradópolis II") - controlada da SM Terras Imobiliárias	100%	100%	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	100%	100%	Armazenagem de produtos em geral

Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos sobre os ativos líquidos daquela entidade e as obrigações das partes dos acordos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado do controle de um negócio, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes da entidade requerem consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de março de 2018 e 2017, a Companhia possuía a seguinte empresa controlada em conjunto:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Participação no capital social		Atividades principais
	2018	2017	
Controladas em conjunto - diretas:			
Usina Santa Luiza S/A ("USL")	66,67%	66,67%	Serviços de armazenagem

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

2.4 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis ("transações com partes relacionadas"). Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

(ii) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como empréstimos e financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa

dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

2.6 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Ágio" no balanço patrimonial controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é remensurado na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.7 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB e CPC, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando entrarem em vigor.

(a) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo obrigatória sua adoção para o primeiro exercício de vigência, exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*, conforme ofício circular emitido pela CVM.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

- (i) **Classificação e mensuração de ativos financeiros**
A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.
- (ii) **Redução no valor recuperável (*Impairment*)**
A nova norma substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: perdas de crédito esperadas para 12 meses e perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- (iii) **Contabilidade de *hedge***
A Companhia continuará adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

Durante o exercício, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças

decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia durante o próximo exercício, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(b) IFRS 15 (CPC 47) – Receita com contratos com clientes

A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida, exigindo o reconhecimento do montante da receita para refletir a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

Ao preparar-se para a adoção da IFRS 15, a Companhia está considerando o seguinte:

- (i) Em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, a Companhia não espera impactos com a adoção da norma, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita;
- (ii) Mercado Imobiliário: durante o exercício, o CPC formulou consulta ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre a aplicação ou não do reconhecimento de receita ao longo tempo (POC) para determinados contratos do ambiente brasileiro.

A área técnica da CVM, mediante Ofício CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018, orientou as entidades no sentido da manutenção da aplicação do previsto na OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02, enquanto tal processo não for concluído e o texto da OCPC 04 não for adaptado às mudanças normativas. Deste modo, a Companhia aguarda a pacificação do tema para mensurar, caso aplicável, eventual impacto da aplicação do CPC 47 sobre suas demonstrações financeiras.

(c) IFRS 16 (CPC 06) – Arrendamento

Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao

uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

(d) IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações

O IASB emitiu alterações à norma que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando a nova norma e não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(e) Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Combinação de negócios e aquisição de participação societária

A administração contrata peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *purchase pricing allocation* (PPA).

As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

(g) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 17 (d), a controlada UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os Estados e o Distrito Federal deverão regularizar/ratificar os seus benefícios nesse contexto, efetuando o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais por eles concedidos.

A Administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução do cumprimento das obrigações por parte do Estado de Goiás, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimentos *	2018	2017	Rendimentos *	2018	2017
Caixa e bancos - no Brasil		7.217	106		8.461	467
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)		132.405	62.878		132.404	62.878
Aplicações financeiras - no Brasil						
· CDB		-	67.037		-	67.037
· Debêntures compromissadas		-	11.999		-	12.072
Total de caixa e equivalentes de caixa		<u>139.622</u>	<u>142.020</u>		<u>140.865</u>	<u>142.454</u>
Aplicações financeiras						
· Fundo de investimento	99,33%	953.900	548.611	99,46%	1.320.851	1.029.113
· Fundos - LFT (i)		4.159	-	100% SELIC	24.371	-
· CDB	97,56%	19.873	-	97,56%	19.873	18.641
· Outros (i)		559	532	100,00%	6.425	6.026
Total de aplicações financeiras		<u>978.491</u>	<u>549.143</u>		<u>1.371.520</u>	<u>1.053.780</u>
No ativo não circulante		<u>24.591</u>	<u>532</u>		<u>50.669</u>	<u>24.667</u>
Total de recursos disponíveis		<u>1.093.522</u>	<u>690.631</u>		<u>1.461.716</u>	<u>1.171.567</u>

* Rendimentos atuais sobre variação do CDI - taxa média ponderada

(i) Referidos saldos estão dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes mercado interno	66.583	63.121	202.532	121.827
Clientes mercado externo	230	72.851	230	72.851
	<u>66.813</u>	<u>135.972</u>	<u>202.762</u>	<u>194.678</u>
Ativo circulante	66.813	135.972	177.893	168.868
Ativo não circulante	-	-	24.869	25.810

Para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos relevantes de liquidação duvidosa.

O “aging list” das contas a receber está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer:	66.813	135.639	201.441	194.258
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	-	-	276	-
acima de 31 dias	-	333	1.045	420
	<u>66.813</u>	<u>135.972</u>	<u>202.762</u>	<u>194.678</u>

Do saldo a receber, R\$ 7.594 e R\$ 297 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 4.378 e R\$ 228, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2017, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

7. Estoques e adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	117.654	59.544	136.531	77.368
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	60.895	61.219	71.163	80.929
Adiantamentos - compras de insumos	42.030	24.035	62.176	30.142
Loteamentos - terras	-	-	5.820	6.398
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	39.630	45.119	58.964	61.737
	<u>260.209</u>	<u>189.917</u>	<u>334.654</u>	<u>256.574</u>
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	88.430	74.978	111.135	88.766
	<u>88.430</u>	<u>74.978</u>	<u>111.135</u>	<u>88.766</u>
	<u>348.639</u>	<u>264.895</u>	<u>445.789</u>	<u>345.340</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) são apresentados pelo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

O saldo classificado como “Loteamentos - terras” refere-se aos empreendimentos imobiliários SPE Paineiras, SPE Park, SPE Limeira, SPE Pradópolis e SPE Pradópolis II.

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercícios futuros.

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
PIS / COFINS	12.423	55.651	13.793	59.205
ICMS	10.383	28.173	21.184	42.156
Outros	996	829	1.116	949
	<u>23.802</u>	<u>84.653</u>	<u>36.093</u>	<u>102.310</u>
Não Circulante				
PIS / COFINS	26.421	33.011	34.807	40.666
Reintegra	62.100	35.165	62.100	35.165
IOF sobre derivativos	8.054	7.676	8.054	7.676
ICMS	9.010	13.319	11.143	17.217
INSS	6.092	5.790	6.096	5.794
	<u>111.677</u>	<u>94.961</u>	<u>122.200</u>	<u>106.518</u>
	<u>135.479</u>	<u>179.614</u>	<u>158.293</u>	<u>208.828</u>

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2018	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	83.128	84.862
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	6.882	8.612
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	5.994	7.639
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	5.994	7.639
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	3.741	4.853
A partir de 1º/04/2024	5.938	8.595
	<u>111.677</u>	<u>122.200</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

(a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	155	132	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz I	5	4	-	-
São Martinho - Energia S.A.	803	828	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	32	-	-	-
Usina Boa Vista S/A	6.296	3.180	-	-
Usina Santa Luiza S/A	63	60	63	60
Outros	240	174	234	168
	<u>7.594</u>	<u>4.378</u>	<u>297</u>	<u>228</u>
Estoques - compra de cana-de-açúcar				
De acionistas/partes relacionadas	7.672	6.322	7.672	6.322
Dividendos a receber				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	3.211	6.681	-	-
São Martinho - Energia S.A.	-	980	-	-
	<u>3.211</u>	<u>7.661</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
São Martinho Inova S.A.	693	755	-	-
São Martinho - Energia S.A.	-	1	-	-
Usina Santa Luiza S/A	5.834	3.867	5.834	3.867
	<u>6.527</u>	<u>4.623</u>	<u>5.834</u>	<u>3.867</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	402	2.101	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz I	135	175	-	-
São Martinho - Energia S.A.	254	-	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	4.535	1.528	-	-
Outros	172	142	172	142
	<u>5.498</u>	<u>3.946</u>	<u>172</u>	<u>142</u>
Arrendamento de terras				
De acionistas/partes relacionadas	2.458	4.588	2.586	4.713
Passivo circulante e passivo não circulante				
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 31)	50.256	62.088	50.256	62.088

(i) Referem-se ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações significativas da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de vendas				
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	6.502	3.185	-	-
São Martinho - Energia S.A.	7.512	6.278	-	-
	14.014	9.463	-	-
Despesas reembolsadas/(Compras de produtos e serviços)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	(7.017)	(33.617)	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	(46.918)	(23.870)	-	-
Cia Bioenergética Santa Cruz 1	(2.392)	(1.070)	-	-
São Martinho - Energia S.A.	305	283	-	-
Agro Pecuária Boa Vista S/A	186	95	186	95
Usina Boa Vista S/A	23.839	16.198	-	14.366
	(31.997)	(41.981)	186	14.461
Acionistas e partes relacionadas				
Compras de cana-de-açúcar / parceria agrícola e arrendamento de terras				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(30.348)	(34.173)	(30.348)	(34.173)
Outros	(12.938)	(13.253)	(13.205)	(13.284)
	(43.286)	(47.426)	(43.553)	(47.457)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica e serviço de industrialização de vapor. As despesas reembolsadas por investidas referem-se a gastos incorridos com o centro de serviços compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários, honorários e bônus	22.625	24.955	25.211	26.688
Contribuições previdenciárias e sociais	4.481	5.238	4.998	5.580
Outros	1.541	1.352	1.784	1.554
	28.647	31.545	31.993	33.822

As informações sobre o plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia, que não compõem a sua remuneração fixa ou variável, são apresentadas na Nota 17 (f).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

10.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

				Controladora			
Empresa	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Classificados no Investimento							
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	100,00%	148.494	1.043.290	148.494	1.043.290	12.844	48.323
São Martinho - Energia S.A.	100,00%	26.214	19.735	26.214	19.735	25.999	17.923
São Martinho Inova S.A.	100,00%	24.360	21.815	24.360	21.815	1.790	(270)
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	100,00%	1.042.766	430.903	1.042.766	430.903	42.326	21.374
São Martinho Logística e Participações S.A.	100,00%	2.952	3.078	2.952	3.078	(126)	(113)
Usina Boa Vista S.A. (Nota 10.2)	100,00%	1.353.646	1.147.277	1.353.646	1.147.277	206.369	(31.738)
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nota 10.2)	50,95%	-	-	-	-	-	89.838
Companhia Bioenergética Santa Cruz I	100,00%	104.227	104.704	104.227	104.704	49.637	33.665
Outros		-	-	1.859	1.862	-	-
Total classificados no Investimento		2.702.659	2.770.802	2.704.518	2.772.664	338.839	179.002
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i)	66,67%	(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)
Total classificados no passivo não circulante		(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)
Saldo final		2.680.847	2.755.813	2.689.976	2.759.620	334.474	175.951

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

(i) Investidas não consolidadas, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

				Consolidado			
Empresa	% de participação (atual)	Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Classificados no Investimento							
Nova Fronteira Bioenergia S.A. (Nota 10.2)	50,95%	-	-	-	-	-	89.838
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	566.850	541.511	30.693	29.320	1.371	578
Outros		-	-	1.859	1.864	-	-
Total classificados no Investimento		566.850	541.511	32.552	31.184	1.371	90.416
Classificados no passivo não circulante							
Usina Santa Luiza S.A. (i)	66,67%	(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)
Total classificados no passivo não circulante		(21.812)	(14.989)	(14.542)	(13.044)	(4.365)	(3.051)
Saldo final		545.038	526.522	18.010	18.140	(2.994)	87.365

10.2 Aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição de 49,05% das ações da Nova Fronteira passando a Companhia a deter a totalidade das ações da investida.

A mesma Assembleia aprovou a incorporação da adquirida e consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mencionada incorporação foi fundamentada no acervo líquido contábil da NF, apurados com base nos valores contábeis de 23 de Fevereiro de 2017, totalizando um acervo líquido incorporado de R\$ 1.134.388 fundamentalmente representado pelo investimento na UBV.

A partir da data de aquisição e incorporação, a Companhia passou a deter 100% das ações da UBV e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R\$ 459.806. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R\$ 429.362 no Capital Social, R\$ 86.106 como reserva de incentivo e R\$ 55.662 devedor, à conta redutora de capital.

Considerando se tratar de uma combinação de negócios, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos *purchase pricing allocation* (PPA). A avaliação efetuada preliminarmente no exercício anterior, foi concluída no exercício findo em 31 de março de 2018, sem alteração em relação aos valores anteriormente divulgados.

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos a valor justo consolidado da adquirida, assim como o efeito do ganho por compra vantajosa a operação, reconhecido no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais:

	Parcela existente 50,95%	Parcela adquirida 49,05%	Investimento total
Investimento e patrimônio líquido aos valores contábeis	577.946	556.392	1.134.338
Contraprestação transferida		459.806	
Ganho por compra vantajosa		(96.586)	
Valor total dos ativos e passivos da investida	601.381	578.953	1.180.334
Ganho por mais valia de investimento pre-existente e parcela adquirida	(23.435)	(22.561)	(45.996)

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa de R\$ 96.586 (valor de mercado versus o patrimônio líquido na data da incorporação), e ganho da remensuração do investimento (PPA) da parcela adquirida (49,05%) e da parcela pré-existente (50,95%) no valor de R\$ 45.996 mil, totalizando o efeito de R\$ 142.582 no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais.

Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de clientes é de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 93.055, mesmo valor contratual. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. Assim como não há contraprestação contingente na transação.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2017, a partir da data da aquisição, a UBV contribuiu para o consolidado com receitas de R\$ 67.744 e lucro antes dos impostos de R\$ 33.215. Caso a combinação de negócios tivesse ocorrido no início daquele exercício, as receitas do consolidado totalizariam R\$ 839.574, e o lucro líquido das operações seria de R\$139.691. Também durante o exercício anterior, a Administração efetuou a baixa de tributos diferidos ativos (Nota 19) no montante de R\$ 59.656, os quais eram calculados sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da UBV, em função da então prevista incorporação da UBV mencionada na nota de eventos subsequentes (Nota 31).

10.3 Informações complementares sobre a Usina Boa Vista S.A.

Segue abaixo um sumário dos balanços patrimoniais e das demonstrações do resultado da referida controlada:

Balanco Patrimonial	2018	2017
Ativo circulante	672.438	706.119
Ativo não circulante	1.063.928	1.025.149
Total do Ativo	1.736.366	1.731.268
Passivo circulante	200.212	400.740
Passivo não circulante	240.833	234.439
Patrimônio Líquido	1.295.321	1.096.089
Total do Passivo	1.736.366	1.731.268
Demonstração de Resultado	2018	2017 *
Receita Líquida	845.309	839.574
Custo dos produtos vendidos	(529.882)	(515.834)
Lucro Bruto	315.427	323.740
Despesas operacionais líquida	(49.281)	(41.545)
Resultado financeiro	(13.272)	(9.640)
Imposto de renda e contribuição social	(53.642)	(132.864)
Lucro líquido do exercício	199.232	139.691

* informações individuais da controlada. Consolidado a partir da data de aquisição (nota 10.2)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações Financeiras	2018	2017
Caixa e aplicações financeiras de curto prazo	306.608	424.859
Dívida bruta	291.199	528.075
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	233.101	226.917

11. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

(a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

(b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Área total estimada de colheita (ha)	172.762	169.867	227.343	222.789
Produtividade prevista (ton/ha)	88,74	85,28	88,23	84,65
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	132,56	130,66	133,42	131,41
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,5759	0,6396	0,5757	0,6397

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2018 a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,48% a.a. (9,25% a.a. em 31 de março de 2017).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo histórico	467.314	458.098	628.164	458.098
Valor justo	(29.658)	12.143	(41.802)	12.143
Ativos biológicos em 31 de março	437.656	470.241	586.362	470.241
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	325.273	321.119	427.540	329.552
Transferência do imobilizado	127.822	96.343	171.298	88.256
Variação no valor justo	(69.360)	(41.801)	(74.927)	(25.456)
Realização da menos valia - combinação de negócios	-	-	11.863	-
Reduções decorrentes da colheita	(401.659)	(408.246)	(540.411)	(409.393)
Consolidação UBV - Custo Histórico	-	-	-	161.651
Consolidação UBV - Valor Justo	-	-	-	(28.489)
Saldo final de ativos biológicos:	419.732	437.656	581.725	586.362
Composto por:				
Custo histórico	518.750	467.314	686.591	628.164
Valor justo	(99.018)	(29.658)	(104.866)	(41.802)
Saldo final de ativos biológicos:	419.732	437.656	581.725	586.362

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

(a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos

A Companhia firmou contratos de parceria agrícola, renováveis ao seu término e com vigência entre seis e doze anos, para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento para produção de cana-de-açúcar.

Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo CONSECANA e/ou conforme contrato

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

celebrado entre as partes. Em 31 de março de 2018 e 2017, os pagamentos totais estimados são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Parceria agrícola:				
Menos de um ano	250.931	215.481	316.488	271.496
Mais de um ano e menos de cinco anos	713.263	693.041	933.683	871.817
Mais de cinco anos	499.431	601.786	794.881	816.531
(-) Ajuste a valor presente	(423.772)	(562.460)	(627.247)	(740.804)
	<u>1.039.853</u>	<u>947.848</u>	<u>1.417.805</u>	<u>1.219.040</u>
Arrendamentos:				
Menos de um ano	51.647	25.765	52.550	26.080
Mais de um ano e menos de cinco anos	193.973	87.766	197.586	89.025
Mais de cinco anos	423.542	94.565	428.394	97.098
(-) Ajuste a valor presente	(284.875)	(77.020)	(288.064)	(78.876)
	<u>384.287</u>	<u>131.076</u>	<u>390.466</u>	<u>133.327</u>

12. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldos em 31 de março de 2016	138.091	219.161	776.308	130.648	166.448	230.249	14.837	50.468	594.914	2.321.124
Aquisição	13.942	-	1.170	170.880	12.562	32.261	1.194	101.717	217.354	551.080
Custo da alienação	-	-	(6)	-	(1.854)	(3.778)	(7)	-	-	(5.645)
Transferências entre grupos	-	33.783	74.303	-	1.710	4.630	3.659	(118.085)	-	-
Redução de Capital da Vale do Mogi	4.487	-	-	-	-	-	-	-	-	4.487
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.343)	(96.343)
Depreciação	-	(7.288)	(52.569)	(131.040)	(13.656)	(32.456)	(3.131)	-	-	(240.140)
Saldos em 31 de março de 2017	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563
Custo total	156.520	283.092	1.124.973	301.595	229.200	377.011	57.142	34.100	715.925	3.279.558
Depreciação acumulada	-	(37.436)	(325.767)	(131.107)	(63.990)	(146.105)	(40.590)	-	-	(744.995)
Valor residual	156.520	245.656	799.206	170.488	165.210	230.906	16.552	34.100	715.925	2.534.563
Aquisição	-	54	2.909	220.351	13.019	34.944	966	73.597	208.960	554.800
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.822)	(127.822)
Custo da alienação	(712)	-	(151)	-	(759)	(2.082)	(82)	-	-	(3.786)
Transferências entre grupos	-	4.790	46.573	-	1.822	(7.599)	8.150	(62.346)	8.610	-
Depreciação	-	(7.746)	(57.420)	(172.795)	(13.335)	(24.148)	(3.197)	-	-	(278.641)
Saldos em 31 de março de 2018	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114
Custo total	155.808	287.935	1.174.304	390.839	243.282	402.273	66.177	45.351	805.673	3.571.642
Depreciação acumulada	-	(45.181)	(383.187)	(172.795)	(77.325)	(170.252)	(43.788)	-	-	(892.528)
Valor residual	155.808	242.754	791.117	218.044	165.957	232.021	22.389	45.351	805.673	2.679.114
Valores Residuais :										
Custo histórico	16.355	183.199	584.132	218.044	138.873	189.931	22.389	45.351	805.673	2.203.947
Mais-valia	139.453	59.555	206.985	-	27.084	42.090	-	-	-	475.167
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	6%	9%	13%	-	14%	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Benfeitorias em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldos em 31 de março de 2016	1.750.344	223.420	842.050	131.120	166.448	230.249	-	14.838	51.086	594.914	4.004.469
Aquisição	13.942	-	1.216	189.599	13.649	32.284	-	1.261	106.172	227.814	585.937
Custo da alienação	(180)	-	(6)	-	(1.975)	(5.180)	-	(7)	-	-	(7.348)
Transferências entre grupos	-	33.849	77.020	-	1.710	4.639	-	3.733	(120.951)	-	-
Transferência para estoque	(3.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.148)
Transferência para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.256)	(88.256)
Consolidação UBV	32.568	132.998	382.659	37.431	56.781	53.351	39.169	5.907	9.498	185.698	936.060
Mais Valia Valor Justo - Combinação de Negócios	14.755	14.706	42.213	-	4.132	29.449	-	-	-	-	105.255
Depreciação	-	(7.595)	(55.388)	(131.512)	(13.856)	(32.821)	(15)	(3.232)	-	-	(244.419)
Saldos em 31 de março de 2017	1.808.281	397.378	1.289.764	226.638	226.889	311.971	39.154	22.500	45.805	920.170	5.288.550
Custo total	1.808.281	464.756	1.750.040	399.144	322.855	516.813	88.623	68.587	45.805	920.170	6.385.074
Depreciação acumulada	-	(67.378)	(460.276)	(172.506)	(95.966)	(204.842)	(49.469)	(46.087)	-	-	(1.096.524)
Valor residual	1.808.281	397.378	1.289.764	226.638	226.889	311.971	39.154	22.500	45.805	920.170	5.288.550
Aquisição	2.381	280	4.099	281.996	18.705	50.996	-	1.530	90.804	278.593	729.384
Custo da alienação	(2.884)	-	(176)	-	(845)	(5.366)	-	(90)	-	-	(9.361)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(171.298)	(171.298)
Transferências entre grupos	-	22.414	51.108	-	2.265	(9.904)	-	8.363	(85.293)	11.047	-
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.923)	-	(1.923)
Depreciação	-	(11.546)	(79.801)	(229.660)	(19.079)	(34.830)	(5.849)	(4.675)	-	-	(385.440)
Saldos em 31 de março de 2018	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	33.305	27.628	49.393	1.038.512	5.449.912
Custo total	1.807.778	487.450	1.805.071	508.634	342.980	552.539	88.623	78.390	49.393	1.038.512	6.759.370
Depreciação acumulada	-	(78.924)	(540.077)	(229.660)	(115.045)	(239.672)	(55.318)	(50.762)	-	-	(1.309.458)
Valor residual	1.807.778	408.526	1.264.994	278.974	227.935	312.867	33.305	27.628	49.393	1.038.512	5.449.912
Valores Residuais :											
Custo histórico	150.513	333.554	1.002.016	278.974	197.045	246.862	33.305	27.628	49.393	1.038.512	3.357.802
Mais-valia	1.657.265	74.972	262.978	-	30.890	66.005	-	-	-	-	2.092.110
Taxas médias anuais de depreciação	-	3%	5%	100%	6%	9%	17%	13%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função de alguns empréstimos e financiamentos do Grupo, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 1.297.762 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 286.756 referem-se a imóveis rurais (8.754 hectares de terras).

O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 2.343 no exercício findo em 31 de março de 2018 (31 de março de 2017 - R\$ 2.913).

13. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágio rentabilidade futura (i)	374.633	374.633	374.633	374.633
Software	27.025	25.789	29.725	28.488
Amortização acumulada	(21.174)	(18.280)	(23.748)	(20.782)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	8.780	10.779	8.780	10.779
Direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(40.001)	(27.560)
Outros ativos	9.744	1.956	17.367	4.983
	399.008	394.877	470.157	473.942

(i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

(ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar (2.281 hectares);

(iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio, vigentes até 2025.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2018, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados a energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia:

Unidades Geradoras de Caixa	2018		2017	
	Unidade produtiva São Martinho e Iracema	Unidade produtiva Santa Cruz	Unidade produtiva São Martinho e Iracema	Unidade produtiva Santa Cruz
Taxa de crescimento médio da Receita Operacional Líquida	3,3%	3,3%	2,4%	3,0%
Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%
Taxa de desconto	8,5%	8,5%	10,0%	10,0%

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2018		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional						
Nota de Crédito a exportação	105,11%	CDI	397.336	495.136	397.336	495.136
Linhas do BNDES	2,74%	+TJLP	99.706	232.044	154.399	335.321
Linhas do BNDES	4,12%	PRÉ	249.405	338.570	366.064	500.334
Linhas do BNDES	3,99%	+SELIC	71	3.196	258	3.989
Crédito rural	8,32%	PRÉ	339.314	275.445	444.573	343.493
Cédula de produto rural		PRÉ	-	-	-	162.147
Cédula de crédito industrial		PRÉ	-	-	-	2.986
FINEP	4,00%	PRÉ	83.508	95.922	83.508	95.922
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,00%	CDI	947.472	349.462	947.472	349.462
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	413.077	-	413.077	-
Outros créditos securitizados	4,56%	+IGP-M	29.274	41.826	29.274	41.826
Total em moeda nacional			2.559.163	1.831.601	2.835.961	2.330.616
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,73%	+Libor	734.471	741.329	734.471	741.329
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	2,10%	+Libor	8.101	584.487	8.101	584.487
International Finance Corporation (IFC) (b)	2,70%	+Libor	303.797	-	303.797	-
FINEM	2,60%	+Cesta Moedas	15.036	16.977	42.567	62.628
Total em moeda estrangeira			1.061.405	1.342.793	1.088.936	1.388.444
TOTAL			3.620.568	3.174.394	3.924.897	3.719.060
Circulante			574.569	1.175.682	686.630	1.499.583
Não Circulante			3.045.999	1.998.712	3.238.267	2.219.477

a) Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Durante o exercício, a Companhia realizou novas captações de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA pela Vert Companhia Securitizadora, no montante de R\$ 1.006.400. O valor é composto por quatro tipos de Certificados, sendo (i) no valor de R\$ 313.566 com pagamentos semestrais dos juros equivalentes a 96% da variação acumulada da taxa CDI e amortização única do principal em Abril de 2021, (ii) no valor de R\$ 192.834 com pagamentos anuais dos juros equivalentes a IPCA + 5,0894% e amortização única do principal em Abril de 2023, (iii) no valor de R\$ 287.457 com pagamentos anuais dos juros equivalentes a 99% da variação acumulada da taxa CDI e amortização única do principal em Março de 2023 e, (iv) no valor de R\$ 212.543 com pagamentos anuais dos juros equivalentes a IPCA + 4,6818% e amortização única do principal em Março de 2025. Do montante apresentado, R\$ 21.392 refere-se a gastos com comissões para emissão de debêntures, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação.

b) Captação de recursos através do IFC

Em 07 de junho de 2017, a Companhia realizou a captação de US\$ 90.000 (R\$ 298.522 atualizados para 30 de junho de 2017) no formato A/B Loans (parceria de 1/3 do montante contratado com a instituição financeira ABN Amro) através do *International Finance Corporation* (IFC), membro do grupo Banco Mundial, com prazo final de 8 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo anterior	3.174.394	3.487.197	3.719.060	3.507.187
Captação de financiamentos	1.622.533	768.823	1.746.615	768.924
Amortização de principal	(1.240.882)	(894.362)	(1.595.432)	(903.992)
Amortização de juros	(231.428)	(206.025)	(277.361)	(208.335)
Atualização monetária	236.801	228.937	270.543	234.105
Variação cambial	59.150	(210.176)	61.472	(209.769)
Consolidação Usina Boa Vista	-	-	-	530.940
	<u>3.620.568</u>	<u>3.174.394</u>	<u>3.924.897</u>	<u>3.719.060</u>

Algumas operações contratadas estão atreladas a contratos de *swap* para Reais. A tabela abaixo demonstra o efeito em 31 de março de 2018:

Modalidade	2018				2017			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor Justo (MIM)	Saldo dívida (Accrual)	Valor Justo (MIM)	Saldo dívida (Accrual)	Valor Justo (MIM)	Saldo dívida (Accrual)	Valor Justo (MIM)	Saldo dívida (Accrual)
Operações swapadas - Pré para float	237.742	238.612	340.385	341.634	171.403	210.794	171.403	210.794
Operações swapadas - Libor para Pré	25.750	26.322	25.750	26.322	117.101	118.704	117.101	118.704
Operações swapadas - moeda estrangeira para Reais	-	-	-	-	337.221	241.347	337.221	241.347
Operações swapadas - Reais para moeda estrangeira	-	-	-	-	87.309	61.382	87.309	61.382
Operações não swapadas - moeda nacional	2.320.549	2.320.549	2.468.004	2.468.004	1.559.425	1.440.721	2.058.440	1.939.736
Operações não swapadas - moeda estrangeira	1.035.084	1.035.085	1.088.937	1.088.937	982.742	1.101.446	1.028.393	1.147.097
TOTAL	<u>3.619.125</u>	<u>3.620.568</u>	<u>3.923.076</u>	<u>3.924.897</u>	<u>3.255.201</u>	<u>3.174.394</u>	<u>3.799.867</u>	<u>3.719.060</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	1.046.995	1.090.562
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	580.296	689.183
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	470.727	496.639
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	385.334	399.142
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	265.004	265.098
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	270.879	270.879
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	5.816	5.816
Após 2026	20.948	20.948
	<u>3.045.999</u>	<u>3.238.267</u>

Em 31 de março de 2018, R\$ 1.600.155 da dívida do Grupo está onerada, sendo 41% em equipamentos, 33% em recebíveis, 9% terras e 16% outros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Covenants

A Companhia possui cláusulas contratuais financeiras e socioambientais restritivas no montante de R\$ 1.145.505, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade no exercício findo em 31 de março de 2018.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cana-de-açúcar	55.031	58.206	71.540	76.377
Materiais, serviços e outros	56.862	44.916	82.606	62.546
	111.893	103.122	154.146	138.923

Do total a pagar para fornecedores, R\$ 7.956 na Controladora e R\$ 2.586 no Consolidado (em 31 de março de 2017 - R\$ 8.534 na Controladora e R\$ 4.855 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

(a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2018	2017
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	89.197	99.705
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	62.004	87.311
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	48.547	48.547
Despesas com processos tributários	8.583	8.583
Outros	2.039	2.039
Total	210.370	246.185
Passivo circulante	8.583	8.583
Não circulante	201.787	237.602

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, a Copersucar aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), incluindo débitos que estavam sendo discutidos judicialmente. Parte desses débitos já estavam provisionados e o restante foi registrado durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, resultando em um efeito líquido de R\$ 2.657 no resultado do exercício. O valor total que foi desembolsado pela Companhia é de R\$ 30.777.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de R\$ 264.020 (valores estimados e atualizados até 31 de março de 2018).

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

(b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa de processos judiciais em que se discute a restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, em virtude da sua condição de ex-cooperada, terá direito proporcional ao repasse desses eventuais créditos e informará o mercado no momento em que tais direitos se tornem líquidos e certos em favor da Companhia.

Conforme divulgado pela Copersucar, o Poder Judiciário condenou a União a indenizar a cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados, em vendas de açúcar e

etanol realizadas na década de 1980. Houve requisição de pagamento na ordem de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia). Pleiteia-se o pagamento de saldo complementar na ordem de R\$ 12,8 bilhões (R\$ 1,665 bilhões proporcionais), tendo a União Federal alegado excesso de R\$ 2,2 bilhões (R\$ 286,3 milhões proporcionais), em manifestação datada de 4 de maio de 2018. Na data base da elaboração dessas demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, porque não está sob o controle total da entidade. Portanto, o direito creditório não foi registrado e está sendo divulgado.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março de 2018, o capital social é de R\$ 1.549.302 (em 31 de março de 2017 - R\$ 1.494.334), e está dividido em 364.011.329 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em 23 de fevereiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão de 24.023.708 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem atribuídas aos acionistas da Nova Fronteira, em substituição às ações de sua propriedade. Adicionalmente foi aprovada a incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A. Referida movimentação justifica-se na medida em que a combinação dos ativos das Partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira, além de fortalecer o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo.

Em decorrência da Incorporação, a Nova Fronteira foi extinta e o capital social da Companhia foi aumentado, com a emissão de 24.023.708 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, as quais foram atribuídas aos acionistas da Nova Fronteira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 55.662 reconhecido como redutora de capital, mencionado na nota 10.2, referia-se ao ajuste efetuado no valor da parcela adquirida do patrimônio líquido reconhecido na incorporação da Nova Fronteira, registrado aos valores contábeis para atender a legislação societária, para refletir o valor da contraprestação transferida na operação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, os acionistas aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 54.968, com utilização de reserva de orçamento de capital de R\$ 110.630, deduzido de R\$ 55.662 reconhecido anteriormente como redutora de capital.

(b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

A movimentação das ações em tesouraria no exercício findo em 31 de março de 2018 é demonstrada a seguir:

	2017	Aquisição de ações	Alienação de ações	2018
Quantidade	5.431.517	7.992.600	(215.454)	13.208.663
Preço médio	16,96	18,24	17,59	17,72
Montante total	92.134	145.756	(3.790)	234.100

Em 27 de novembro de 2017, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o 5º Plano de Recompra de ações. O Plano contemplará a aquisição de até 8.000.000 (oito milhões) de ações no prazo de 18 meses contados a partir da data da aprovação.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

(i) *Deemed cost*

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais; veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

(iii) Valor justo de *hedge accounting*

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na ABV, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A controlada UBV possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor do incentivo que impactou o resultado da controlada UBV no exercício findo em 31 de março de 2018 foi de R\$ 74.678 (R\$ 34.679 em 31 de março de 2017).

(e) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	491.706	283.867
Constituição de reserva legal - 5%	(24.585)	(14.193)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos	467.121	269.674
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	116.780	67.419
Realização de reserva de lucros a realizar	31.561	6.823
Total dividendos	148.341	74.242
Dividendo por ação	0,4229	0,2070
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	350.803	358.580

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 31.659 (R\$ 0,0902 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Em 2009 foi emitido o plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia. A outorga de opções não excederá 2% do total de ações da Companhia e não poderá ultrapassar o limite máximo anual de 0,5% do total de ações do capital social.

Os saldos dos planos de opções de compra de ações emitidos e a movimentação das opções de ações em circulação, no exercício findo em 31 de março de 2018, estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano	7º Plano	8º Plano	Total
Data de emissão do plano	17/12/2012	16/12/2013	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	
Data limite para exercício (i)	2019	2020	2021	2022	2023	
Valor justo das opções (R\$) (ii)	2,29 - 2,62	2,82 - 3,15	3,80 - 4,20	5,55 - 6,21	5,91 - 6,53	
Opções outorgadas (ii)	1.175.178	1.142.436	1.014.264	767.700	779.934	4.879.512
Opções exercidas (ii)	(879.422)	(457.716)	(140.805)	(26.904)	-	(1.504.847)
Opções de ações em circulação	295.756	684.720	873.459	740.796	779.934	3.374.665
Preço do exercício (ii)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	

- (i) As opções para cada um dos planos, poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano;
- (ii) Dados relativos ao 4º, 5º, 6º e 7º planos, foram ajustados de maneira a refletir o desdobramento de ações mencionado na nota 17 (a).

No exercício findo em 31 de março de 2018, foram exercidas opções de compra de 215.454 ações resultando no valor de R\$ 3.790 (R\$ 2.711 em 31 de março de 2017).

O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação *Black & Scholes*. A Companhia reconheceu no exercício uma despesa de R\$ 4.083 (31 de março de 2017 - R\$ 4.079) com opções de ações.

(g) Reserva de capital

Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

18. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 51.639 e R\$ 38.695 (Consolidado – R\$ 65.424 e R\$ 38.376), respectivamente.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2018
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	48.926	(18.766)	(5.954)	24.206
Instrumentos financeiros derivativos	40.581	(15.694)	2.840	27.727
Provisão para contingências	22.108	1.089	-	23.197
Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	11.576	23.583	-	35.159
Provisão para outras obrigações	7.514	(339)	-	7.175
Outros Ativos	4.170	2.259	-	6.429
Total do IR e CS ativo	134.875	(7.868)	(3.114)	123.893
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(173.366)	10.975	-	(162.391)
Depreciação acelerada incentivada	(157.612)	(22.979)	-	(180.591)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(100.498)	(30.360)	-	(130.858)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(48.478)	(4.191)	-	(52.669)
Variação Cambial	(27.758)	19.091	-	(8.667)
Alienação de investimento com tributação diferida	(21.683)	2.710	-	(18.973)
Financiamentos securitizados	(17.025)	3.438	-	(13.587)
Ajuste a valor presente	(1.344)	744	-	(600)
Outros passivos	(131)	131	-	-
Total do IR e CS passivo	(547.895)	(20.441)	-	(568.336)
Saldo do IR e CS Diferidos	(413.020)	(28.309)	(3.114)	(444.443)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	2018
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	53.454	(23.295)	(5.954)	-	24.205
Instrumentos financeiros derivativos	40.581	(15.694)	2.841	-	27.728
Provisão para contingências	23.895	1.161	-	-	25.056
Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor justo)	6.208	25.478	-	-	31.686
Participação de empregados no resultado e bônus	507	1	-	-	508
Provisão para outras obrigações	7.514	(339)	-	-	7.175
Outros Ativos	6.032	(127)	-	-	5.905
Total do IR e CS ativo	138.191	(12.815)	(3.113)	-	122.263
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(370.919)	11.169	(286.325)	-	(646.075)
Depreciação acelerada incentivada	(180.799)	(49.306)	-	-	(230.105)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(100.498)	(30.360)	-	-	(130.858)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(48.478)	(4.191)	-	-	(52.669)
Variação Cambial	(27.758)	19.091	-	-	(8.667)
Alienação de investimento com tributação diferida	(21.683)	2.710	-	-	(18.973)
Financiamentos securitizados	(17.025)	3.438	-	-	(13.587)
Ajuste a valor presente	(1.344)	745	-	-	(599)
Outros passivos	(286)	135	-	-	(151)
Ativo Intangível	(27.818)	-	-	4.806	(23.012)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(4.726)	(238)	-	-	(4.964)
Total do IR e CS passivo	(801.334)	(46.807)	(286.325)	4.806	(1.129.660)
Saldo do IR e CS Diferidos	(663.143)	(59.622)	(289.438)	4.806	(1.007.397)
Outros tributos Diferidos	(526)	-	-	-	(526)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A Companhia reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, a controlada SM Terras Agrícolas reconheceu o montante de R\$ 286.325 de tributos diferidos passivos sobre a mais-valia de custo atribuído de terras, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido. O reconhecimento teve como fato gerador a transferência via redução de capital ou cisão parcial de terras da SM Terras Imobiliárias ocorrida no exercício e consequente alteração da forma de tributação em caso de realização/alienação das terras.

Em função da decisão de incorporação da UBV, mencionada na nota 10.2, e consequente perda de prejuízos fiscais e base na negativa de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contribuição social daquela controlada, foram baixados no resultado no exercício findo em 31 de março de 2017 o equivalente a R\$ 59.656 de tributos diferidos ativos.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, apurada nos termos da instrução CVM 371/02, indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Consolidado	Expectativa de realização
Na safra 18/19	14.640
Na safra 19/20	20.294
Na safra 20/21	5.131
Na safra 21/22	16.303
Na safra 22/23	2.371
A partir da safra 23/24	63.524
	<u>122.263</u>

(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	561.307	331.836	622.546	413.645
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(190.844)	(112.940)	(211.666)	(140.755)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	113.721	59.823	(1.018)	29.704
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	6.737	(1.186)	6.383	(1.206)
. Subvenção estadual	-	-	25.391	850
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	41.989	34.970
. Utilização de Prejuízo Fiscal de controlada não contabilizado	-	-	6.326	-
. Outros	785	6.334	1.755	6.313
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(69.601)	(47.969)	(130.840)	(70.124)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,4%	14,5%	21,0%	17,0%
Ajustes para apuração da alíquota efetiva não recorrentes:				
. Baixa de Ativo Fiscal Diferido	-	-	-	(59.654)
Despesa total com imposto de renda e contribuição social	(69.601)	(47.969)	(130.840)	(129.778)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(41.292)	(6.871)	(71.218)	(14.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.309)	(41.098)	(59.622)	(115.630)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	12,4%	14,5%	21,0%	17,0%

20. Compromissos

O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

O Grupo possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal em relação à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

A Companhia já providenciou a inscrição de seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderirá ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para regularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, na safra 2008/2009 a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation até a safra 2038/2039, em condições de mercado.

Avais concedidos

Adicionalmente, a Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 46.091.

Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia, a BIO e a SME mantêm compromissos de comercialização de parte de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros).

Compras de insumos

A Companhia mantém compromissos para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação é realizada por meio de compra para entrega futura.

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das informações contábeis intermediárias.

21.1 Perdas prováveis

O Grupo, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2017	11.571	3.363	51.643	66.577	24.707
Adições	661	2.773	19.343	22.777	5.708
Reversões	(953)	(1.084)	(7.698)	(9.735)	-
Utilizações	(8)	(1.057)	(16.974)	(18.039)	(7.317)
Atualizações	1.394	1.703	5.419	8.516	1.052
Saldo em 31 de março de 2018	12.665	5.698	51.733	70.096	24.150

	Consolidado				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2017	18.222	26.597	56.896	101.715	32.423
Adições	2.061	3.821	23.289	29.171	7.850
Reversões	(2.414)	(6.258)	(9.535)	(18.207)	-
Utilizações	(3.385)	(1.177)	(20.890)	(25.452)	(12.816)
Atualizações	1.384	4.528	5.983	11.895	1.216
Saldo em 31 de março de 2018	15.868	27.511	55.743	99.122	28.673

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Em 31 de março de 2018, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pelo Grupo, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (b) honorários *ad exitum* a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

21.2 Perdas possíveis

O Grupo é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2018		2017		2018		2017	
		Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante
Ambientais		43	7.645	36	6.840	43	7.645	37	7.036
Cíveis									
Indenizatórias		15	4.211	21	11.572	15	4.211	21	11.571
Revisão de contratos		4	5.857	6	7.390	8	5.912	7	7.390
Outros processos		14	70	12	1.046	15	71	13	1.046
Trabalhistas		17	61	20	-	20	61	21	-
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	15	199.114	14	213.013	15	199.114	14	213.013
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	258.010	5	236.777	5	258.010	5	236.777
Compensação de Tributos Federais	(iii)	65	89.061	33	33.621	66	89.214	34	33.761
ICMS	(iv)	9	12.832	3	2.360	10	24.352	4	12.980
Outros processos	(v)	10	1.373	41	23.078	11	1.373	43	25.713
TOTAL		197	578.234	191	535.697	208	589.963	199	549.287

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de queima de palha de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou ações anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 314 do RIR/99.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento das manifestações de inconformidade/recursos voluntários.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.
- (v) Os processos tratam da discussão envolvendo outros processos tributários como, por exemplo, autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação, execuções fiscais de IPTU, contribuição para o SENAI, taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM etc.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

22.1 Riscos de Mercado

(a) Risco Cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *swaps*. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2018:

Consolidado	2018	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	132.404	39.835
Contas a receber de clientes	230	69
Instrumentos financeiros derivativos	72.790	21.900
Total dos ativos	205.424	61.804
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.088.936	327.677
Instrumentos financeiros derivativos	9.792	2.947
Total dos passivos	1.098.728	330.624
Sub-total ativo (passivo)	(893.304)	(268.820)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE	1.046.369	314.868
Exposição líquida ativa	153.065	46.048

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2018 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 3,3238 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 3,3232 por US\$ 1,00 para os passivos.

(b) Risco de volatilidade no preço de *commodities*

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2018, 535.037 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 18/19, com fixação em um preço médio de 15,51 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso), incluindo o prêmio de polarização.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, *swaps* podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (*Libor*).

(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(6.615)	(33.076)	(66.153)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(608)	(3.038)	(6.075)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(753)	(3.765)	(7.529)
Instrumentos financeiros derivativos				
	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros			
. Contratos de <i>swap</i> (a)		(741)	(1.856)	(3.718)
Exposição líquida		(8.717)	(41.734)	(83.475)

(a) A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI, *Libor* e Cupom Cambial.

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

moeda estrangeira – dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2018/2019 a 2020/2021, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de março de 2018 e 2017, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2018			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				824
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	330.571	14,90	322.256	48.446
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	6.300	1.560,24	328	23
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	29.973	15,28	29.964	5.418
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	67.819	3,3972	230.395	3.157
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	22.861	14,56	21.777	2.189
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	12.900	3,2977	42.570	1.217
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.899
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante</u>				<u>69.173</u>
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				3.617
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante</u>				<u>3.617</u>
Consolidado	2018			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	57.915	13,98	52.972	293
. Compromisso de compra	63.452	13,59	56.418	4.808
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	53.876	3,2918	177.349	2.325
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	22.861	15,94	23.842	772
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	12.900	3,5568	45.924	646
Contratos de Swap - Juros - Balcão				18
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante</u>				<u>8.862</u>
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				930
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante</u>				<u>930</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2017			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	309.437	19,29	372.272	46.121
. Compromisso de compra	762	16,65	791	6
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	152.966	18,55	176.968	17.975
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	281.704	3,5483	999.570	85.528
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	5.080	19,75	6.257	4
. Posição titular de opções de venda (Puts)	64.519	20,24	81.443	15.697
Contratos de Swap - Juros - Balcão				7.586
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante</u>				<u>172.917</u>
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				27
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante</u>				<u>27</u>

Consolidado	2017			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Depósito de margem				248
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	2.591	18,44	2.980	-
. Compromisso de compra	82.351	17,94	92.140	5.968
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	19.848	3,2493	64.492	119
. Compromisso de compra	425	3,4485	1.466	98
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	69.599	21,57	93.629	208
Contratos de Swap - Juros - Balcão				69.456
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante</u>				<u>76.097</u>
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5
<u>Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante</u>				<u>5</u>

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* em 31 de março de 2018, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	TOTAL em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	49.043	(696)	49.739
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	3.157	2.325	832
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	13.181	151.412	(138.231)
	<u>65.381</u>	<u>153.041</u>	<u>(87.660)</u>
Tributos diferidos sobre os itens acima	(22.230)	(52.034)	29.804
	<u>43.151</u>	<u>101.007</u>	<u>(57.856)</u>

(f) Estimativa de realização

Em 31 de março de 2018, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 18/19	Safra 19/20	Safra 20/21	Safra 21/22	A partir safra 22/23	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:						
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	49.739	-	-	-	-	49.739
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	832	-	-	-	-	832
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(73.844)	(48.186)	1.694	(7.158)	(10.737)	(138.231)
	<u>(23.273)</u>	<u>(48.186)</u>	<u>1.694</u>	<u>(7.158)</u>	<u>(10.737)</u>	<u>(87.660)</u>
Tributos diferidos sobre os itens acima	7.913	16.383	(576)	2.434	3.650	29.804
	<u>(15.360)</u>	<u>(31.803)</u>	<u>1.118</u>	<u>(4.724)</u>	<u>(7.087)</u>	<u>(57.856)</u>

22.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

22.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2018				
Empréstimos e financiamentos	574.569	1.627.291	1.418.708	3.620.568
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	930	-	9.792
Fornecedores	111.893	-	-	111.893
Aquisição de participação societária	11.746	23.240	15.270	50.256
Outros passivos	18.693	-	14.542	33.235
	<u>725.763</u>	<u>1.651.461</u>	<u>1.448.520</u>	<u>3.825.744</u>
Em 31 de março de 2017				
Empréstimos e financiamentos	1.175.682	1.487.763	510.949	3.174.394
Instrumentos financeiros derivativos	76.097	5	-	76.102
Fornecedores	103.122	-	-	103.122
Aquisição de participação societária	11.958	23.240	26.890	62.088
Outros passivos	17.714	-	13.044	30.758
	<u>1.384.573</u>	<u>1.511.008</u>	<u>550.883</u>	<u>3.446.464</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de março de 2018				
Empréstimos e financiamentos	686.630	1.779.745	1.458.522	3.924.897
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	930	-	9.792
Fornecedores	154.146	-	-	154.146
Aquisição de participação societária	11.746	23.240	15.270	50.256
Outros passivos	28.287	-	14.542	42.829
	<u>889.671</u>	<u>1.803.915</u>	<u>1.488.334</u>	<u>4.181.920</u>
Em 31 de março de 2017				
Empréstimos e financiamentos	1.499.583	1.629.291	590.186	3.719.060
Instrumentos financeiros derivativos	76.097	-	-	76.097
Fornecedores	138.923	-	-	138.923
Aquisição de participação societária	11.958	23.240	26.890	62.088
Outros passivos	28.659	-	13.044	41.703
	<u>1.755.220</u>	<u>1.652.531</u>	<u>630.120</u>	<u>4.037.871</u>

22.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA's permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
	Classificação	2018	2017
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	139.622	142.020
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	978.491	549.143
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	66.813	135.972
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	69.962	172.944
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	6.527	4.623
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	9.082	3.722
		<u>1.270.497</u>	<u>1.008.424</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	3.620.568	3.174.394
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	9.792	76.102
Fornecedores	Outros passivos financeiros	111.893	103.122
Aquisição de participações societárias	Outros passivos financeiros	50.256	62.088
Outros passivos	Outros passivos financeiros	33.235	30.758
		<u>3.825.744</u>	<u>3.446.464</u>
		Consolidado	
	Classificação	2018	2017
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	140.865	142.454
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.371.520	1.053.780
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	202.762	194.678
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	72.790	172.944
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Empréstimos e recebíveis	7.080	3.881
		<u>1.795.017</u>	<u>1.567.737</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Passivo ao custo amortizado	3.924.897	3.719.060
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	9.792	76.102
Fornecedores	Outros passivos financeiros	154.146	138.923
Aquisição de participações societárias	Outros passivos financeiros	50.256	62.088
Outros passivos	Outros passivos financeiros	42.829	41.703
		<u>4.181.920</u>	<u>4.037.876</u>

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

23.2 Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

No exercício findo em 31 de março de 2018, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Conforme balanço patrimonial - Consolidado	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.371.520	-	-	1.053.780	-
Instrumentos financeiros derivativos	50.658	22.132	-	61.828	111.116	-
Ativos biológicos	-	-	581.725	-	-	586.362
	50.658	1.393.652	581.725	61.828	1.164.896	586.362
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos	5.873	3.919	-	6.176	69.926	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&F Bovespa é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "*Black & Scholes*", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o *strike* das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Empreendimentos imobiliários; e
- (v) Outros produtos, no qual estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de ácido ribonucléico (sal sódico) e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

	2018					
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado
Receita Bruta						
Mercado interno	204.016	1.854.686	224.285	9.973	58.999	-
Mercado externo	1.313.574	27.807	-	-	4.738	-
Resultado com derivativos	103.540	(637)	-	-	99	-
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(8.210)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(17.665)	(309.846)	(16.992)	(1.554)	(11.113)	-
Receita Líquida	1.603.465	1.572.010	207.293	8.419	52.723	(8.210)
Custo dos produtos vendidos	(1.054.010)	(1.137.574)	(38.421)	(639)	(42.633)	-
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	(63.064)
Lucro bruto	549.455	434.436	168.872	7.780	10.090	(71.274)
Margem bruta	34,27%	27,64%	81,47%	92,41%	19,14%	-
Despesas com vendas	(101.537)	(7.758)	(9.974)	-	(509)	-
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(179.900)
Lucro operacional	447.918	426.678	158.898	7.780	9.581	(251.174)
Margem Operacional	27,93%	27,14%	76,65%	92,41%	18,17%	-
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(307.975)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017						
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta							
Mercado interno	202.314	804.012	128.808	23.612	97.335	-	1.256.081
Mercado externo	1.530.437	115.623	-	-	382	-	1.646.442
Resultado com derivativos	(173.269)	(8.333)	-	-	-	-	(181.602)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	(7.309)	(7.309)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(15.960)	(61.678)	(8.287)	(2.323)	(15.845)	-	(104.093)
Receita Líquida	1.543.522	849.624	120.521	21.289	81.872	(7.309)	2.609.519
Custo dos produtos vendidos	(1.111.027)	(702.549)	(49.447)	(3.372)	(40.397)	-	(1.906.792)
Variação do Valor de Mercado do Ativo Biológico	-	-	-	-	-	(19.418)	(19.418)
Lucro bruto	432.495	147.075	71.074	17.917	41.475	(26.727)	683.309
Margem bruta	28,02%	17,31%	58,97%	84,16%	50,66%	-	26,19%
Despesas com vendas	(86.766)	(9.309)	(3.463)	-	(2.403)	-	(101.941)
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	87.515	87.515
Lucro operacional	345.729	137.766	67.611	17.917	39.072	60.788	668.883
Margem Operacional	22,40%	16,21%	56,10%	84,16%	47,72%	-	25,63%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(385.016)	(385.016)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	283.867

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

	2018					
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	17.543	116.920	32.695	34.109	1.495	202.762
Estoques e adiantamento a fornecedores	175.109	259.191	-	5.820	5.669	445.789
Ativos biológicos	210.838	370.887	-	-	-	581.725
Imobilizado	2.125.566	3.177.537	134.485	-	12.324	5.449.912
Intangível	237.612	169.019	63.400	126	-	470.157
Total de ativos alocados	2.766.668	4.093.554	230.580	40.055	19.488	7.150.345
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	1.964.367	1.964.367
Total	2.766.668	4.093.554	230.580	40.055	1.983.855	9.114.712

	2017					
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	87.513	52.897	12.185	31.617	10.466	194.678
Estoques e adiantamento a fornecedores	153.785	172.140	-	6.398	13.017	345.340
Ativos biológicos	248.970	337.392	-	-	-	586.362
Imobilizado	2.324.830	2.812.146	138.483	-	13.091	5.288.550
Intangível	233.661	164.442	75.839	-	-	473.942
Total de ativos alocados	3.048.759	3.539.017	226.507	38.015	36.574	6.888.872
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	1.803.011	1.803.011
Total	3.048.759	3.539.017	226.507	38.015	1.839.585	8.691.883

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

25. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo.

(a) Venda de produtos e prestação de serviços

O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

O Grupo presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 27% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 32%.

(b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Nessas vendas (lotes não desenvolvidos), são observados os seguintes procedimentos:

- (i) Apuração do percentual de custo incorrido, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita de lotes e unidades vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda;
- (ii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante; e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Os montantes recebidos em relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receita, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de Clientes".

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.284.911	1.083.192	2.351.959	1.256.081
Mercado externo	1.346.119	1.646.442	1.346.119	1.646.442
Resultado com derivativos	103.002	(181.602)	103.002	(181.602)
	<u>2.734.032</u>	<u>2.548.032</u>	<u>3.801.080</u>	<u>2.720.921</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(8.210)	(7.309)
	<u>2.734.032</u>	<u>2.548.032</u>	<u>3.792.870</u>	<u>2.713.612</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(236.314)	(94.896)	(357.170)	(104.093)
	<u>2.497.718</u>	<u>2.453.136</u>	<u>3.435.700</u>	<u>2.609.519</u>

- (i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO e UBV.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria prima e materiais de uso e consumo	760.740	817.750	858.991	771.093
Despesas com pessoal	329.389	349.416	406.906	357.179
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	651.213	609.062	895.582	631.870
Serviços de terceiros	146.042	141.102	155.385	143.401
Peças e serviços de manutenção	82.006	90.656	113.550	93.912
Contencioso	7.642	5.700	5.593	(3.845)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	69.361	41.801	63.064	25.456
Materiais para revenda	13.495	52.005	23.343	67.868
Realização de mais valia de estoque (PPA)	-	-	-	5.140
Custo com venda de terras	-	-	639	3.372
Outras despesas	44.632	70.464	113.136	80.518
	<u>2.104.520</u>	<u>2.177.956</u>	<u>2.636.189</u>	<u>2.175.964</u>
<u>Classificadas como:</u>				
Custo dos produtos vendidos	1.858.049	1.932.594	2.336.341	1.926.210
Despesas com vendas	105.275	98.868	119.778	101.941
Despesas gerais e administrativas	141.196	146.494	180.070	147.813
	<u>2.104.520</u>	<u>2.177.956</u>	<u>2.636.189</u>	<u>2.175.964</u>

27. Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício findo em 31 de março de 2017, o montante refere-se substancialmente ao resultado de compra vantajosa no montante de R\$ 96.586 e mais valia de investimento de R\$ 45.996 (nota 10.2).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	83.036	100.909	115.268	116.224
Recuperação de Juros - PERT 11.941	4.604	-	4.604	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(5.277)	(8.783)	(6.487)	(8.981)
Outras receitas	6.624	4.286	9.317	6.812
	<u>88.987</u>	<u>96.412</u>	<u>122.702</u>	<u>114.055</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.185)	(2.806)	(2.185)	(2.806)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(235.075)	(234.471)	(268.647)	(239.537)
Juros pagos e auferidos	(25.620)	(43.434)	(29.981)	(44.354)
Comissão de fiança bancária	(7.717)	(2.587)	(9.256)	(2.606)
Obrigações Copersucar	(10.969)	(6.247)	(10.969)	(6.247)
Correção monetária de contingências	(2.686)	(10.969)	(5.449)	(11.783)
Outras despesas	(6.719)	(7.421)	(7.032)	(9.847)
	<u>(290.971)</u>	<u>(307.935)</u>	<u>(333.519)</u>	<u>(317.180)</u>
Variação cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	20.338	(23.075)	20.338	(23.075)
Clientes e fornecedores	(51)	(5.712)	(52)	(5.712)
Empréstimos e financiamentos	13.894	32.093	11.572	31.688
	<u>34.181</u>	<u>3.306</u>	<u>31.858</u>	<u>2.901</u>
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com operações de açúcar	(3.350)	2.832	(3.350)	2.832
Resultado com operações de etanol	(1.655)	(267)	(1.655)	(267)
Resultado com operações de câmbio	(1.587)	35.714	(1.587)	35.714
Resultado com swap	6.650	(80.126)	9.477	(80.126)
Custo com transações em bolsa	(632)	(2.470)	(632)	(2.470)
Variação cambial líquida	(429)	(10.697)	(429)	(10.697)
	<u>(1.003)</u>	<u>(55.014)</u>	<u>1.824</u>	<u>(55.014)</u>
Resultado financeiro	<u>(168.806)</u>	<u>(263.231)</u>	<u>(177.135)</u>	<u>(255.238)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Lucro por ação

	2018	2017
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	491.706	283.867
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil (i)	333.408	337.320
Lucro básico por ação (em reais)	1,4748	0,8415

	2018	2017
Lucro do exercício usado para determinar o lucro diluído por ação	491.706	283.867
Quantidade média ponderada das ações ordinárias para o lucro diluído por ação - lotes de mil (i)	334.292	338.059
Lucro diluído por ação (em reais)	1,4709	0,8397

(i) Média ponderada inclui as opções de compra de ações com potencial de diluição.

30. Cobertura de seguros

O Grupo mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2018 são:

Cobertura máxima (i)		
Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	2.410.055	3.199.472
Lucros Cessantes	2.734.974	3.646.632
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	1.515.000	2.020.000
Outras Coberturas	2.158.885	2.892.116
Danos elétricos	1.424.341	1.899.268
Roubo ou furto	271.845	363.922
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, i	144.000	192.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Controladora e Consolidado	Aquisição de participação	Alienação de participação	Saldo líquido
	Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2017	(219.663)	157.575	(62.088)
Amortização do principal	31.210	(19.590)	11.620
Atualização monetária	(17.483)	12.564	(4.919)
Amortização (juros)	18.206	(13.075)	5.131
Saldo em 31 de março de 2018	(187.730)	137.474	(50.256)
		Passivo circulante	(11.746)
		Passivo não circulante	(38.510)
			(50.256)

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente e com vencimento até 2025.

32. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justifica-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciará a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

* * *